

Como se derruba um Presidente de Província: partidos e lutas políticas em Pernambuco durante a Regência (1834 a 1835)

MANOEL NUNES CAVALCANTI JUNIOR*

A primeira metade do século XIX em Pernambuco se caracterizou por um constante conflito político entre os partidos ou facções locais. Influenciados pelas mudanças ocorridas no quadro geral do Império, os acontecimentos na Província giravam em torno da disputa pelos principais postos de comando e de controle do poder. Entre eles, o de Presidente da Província era o mais visado, por ser ele a maior autoridade local. A maneira como os diferentes grupos políticos lutavam por este cargo nos permite entender o quadro político pernambucano em meados da década de 1830. Para compreendê-lo é necessário voltar um pouco no tempo.

Desde a Confederação de 1824 que Pernambuco era palco de uma acirrada disputa política. Inserida no contexto do processo da Independência do Brasil que se desenrolou nesta Província, a Confederação representou a luta pelo poder entre dois grupos, iniciada anos antes, quando da conflagração entre os diferentes projetos de Nação surgidos durante o processo. O primeiro era formado pelos partidários de Pedro I, classificado por Carvalho como “centralista”: bem articulados com o projeto pensado no Rio de Janeiro, seus integrantes eram favoráveis à união das Províncias sob a batuta do príncipe regente (CARVALHO, 1998). Tinha como integrantes muitos elementos oriundos da antiga aristocracia açucareira, despontando como líder maior o Morgado do Cabo e futuro Marquês do Recife, Francisco Paes Barreto. O segundo grupo era o dos federalistas, interessados principalmente em manter a autonomia provincial que havia sido conquistada com a Revolução do Porto, em 1821. Era liderado pelo comerciante Gervásio Pires Ferreira, tendo despontado também o nome de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que seria o Presidente da proclamada Confederação.

O fracasso do movimento de 1824 representou a consolidação do projeto centralizador. O Morgado do Cabo e seus aliados, principalmente os Cavalcanti, ficaram com os louros da vitória e foram bem recompensados por Pedro I (CARVALHO, 1998). Aos perdedores,

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – Campus de Vitória da Conquista
Doutorando em História pela UFPE
FAPESB

reservou-se a perseguição. Paes de Andrade, por exemplo, precisou refugiar-se em um navio inglês e exilar-se, só voltando ao país após a abdicação do Imperador.

Quando o Morgado do Cabo se afastou da lida política, os Cavalcanti se tornaram seus herdeiros políticos. Congregando ao seu redor um bom número de famílias de grandes proprietários, interligados entre si por laços de parentesco, os filhos do velho Coronel Suassuna souberam manobrar de tal forma que se tornaram personagens preponderantes na luta política, tanto no âmbito provincial como no nacional.¹

A abdicação de Pedro I, em 1831, trouxe mudanças para o cenário político nacional e, especialmente, para Pernambuco. Segundo Marco Morel, três grupos políticos se destacaram a partir dali. O primeiro era o dos *exaltados* ou *farroupilhas*, que tinha por base do seu ideário a valorização da soberania popular. Seus líderes usavam um discurso de chamamento das camadas pobres a que participassem da vida pública, denunciando a opressão econômica, social e étnica. Além disso, empunhavam a bandeira do federalismo e da descentralização administrativa. O segundo grupo era o dos *moderados* ou *chimangos*, liberais e defensores de um Estado forte e centralizador. Seu núcleo girava em torno da Corte, especialmente nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Porém, isto não impediu que tivessem ramificações por todas as demais províncias. Após a Abdicação, foram eles que assumiram e controlaram o poder durante o período regencial. Por fim, o terceiro grupo era o dos *restauradores*. Na verdade existiam desde a década de 1820. Com um discurso pautado pelo antiliberalismo, defendiam um Estado centralizador e destacavam a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular (MOREL, 2003:33-38). Durante a Regência, seu mote seria a defesa do retorno de Pedro I ao trono brasileiro.

Esta configuração política pode ser identificada em Pernambuco. Os *federalistas* de 1824 se dividiram entre os *exaltados* e os *chimangos*. Dos primeiros se destacavam nomes como o Padre João Barbosa Cordeiro, Deputado Geral e editor do jornal *Bússola da Liberdade*, além dos irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios. Os exaltados tinham como principal representação a Sociedade Federal, criada em fins de 1831 e que teve suas atividades

¹ Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (Visconde de Camarajibe). Os três últimos foram Senadores por Pernambuco. O Visconde de Suassuna foi vice presidente da Província desde o início dos anos 1820, tendo assumido a Presidência, entre 1826 e 1844, por sete vezes. Sobre eles, ver CARVALHO, 1998; CARVALHO, 2009:121-183; CADENA, 2011.

prolongadas até 1834. Por sua parte, os *chimangos* locais se reuniram em torno da Sociedade Harmonizadora, criada pelo liberal Antônio Joaquim de Mello também em junho de 1831, então presidente da Câmara Municipal do Recife. Um dos seus principais nomes era o do comerciante Gervásio Pires Ferreira, liberal com participação na vida política de Pernambuco desde 1817. As atividades desta Sociedade se estenderão até fins de 1833. Quanto aos *restauradores*, seu grupo era formado principalmente por militares, portugueses e desembargadores da Relação da Província. Os irmãos Francisco, João e Luiz Ignácio Ribeiro Roma vão se destacar nos eventos que se desenrolarão no decorrer de 1834. O motim conhecido como Abrilada, ocorrido em 1832, foi promovido por elementos restauradores do Recife. O desenrolar dos seus acontecimentos levou ao surgimento da chamada Guerra dos Cabanos (CARVALHO, 1998). Esta guerra se desenrolará pelos anos seguintes, chegando a 1834 como uma das principais preocupações para o grupo que controlava o poder provincial. Para complementar o quadro político, resta tratar do grupo dos Cavalcanti. Conforme afirmado anteriormente, foram eles um dos principais beneficiados com a vitória de Pedro I sobre a Confederação do Equador. Carvalho afirma que, embora aliados, os Cavalcanti eram refratários à tentativa do Imperador em monopolizar o poder na Província. A centralização deveria ir até onde não interferisse em seus interesses locais. A relação transcorria um tanto tensa. A Abdicação de 1831, que a princípio poderia ser vista como derrota para este grupo, não atingiu significativamente o seu poder (CARVALHO, 2009:124-126). A movimentação política dos Cavalcanti os levou a uma certa autonomia em relação aos demais grupos. Existia uma suspeita de aproximação com os *restauradores*. Abreu e Lima, em uma de suas cartas, deu a entender que os irmãos Cavalcanti estavam colaborando com os restauradores.²

Foi com este quadro que se iniciou o ano de 1834. Ocupava a presidência da província o então deputado geral Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Primo dos irmãos Cavalcanti, ele estava no seu segundo mandato. Sua posse tinha sido pouco mais de um mês antes, em 6 de dezembro de 1833. Embora aparentados, sua nomeação desagradou a Holanda Cavalcanti, pois não fora consultado sobre esta decisão. Holanda preferiria que outro deputado pernambucano, Sebastião do Rego Barros, tivesse sido o escolhido. O que acabou acontecendo foi que Francisco de Paula procurou Holanda para saber se deveria aceitar o

² “...ele (Pedro I) muito se tem pago dos Pernambucanos nesta Época – a ideia de um Suassuna nesse negócio lhe dá prazer porque ele faz grande ideia do desinteresse e da honra dessa família...” Diário de Pernambuco, 12/01/1834, nº 292.

convite, desconfiando o arguto Cavalcanti que aquilo não passava de uma delicadeza, pois tudo já tinha sido encaminhado. Era um momento de incertezas e uma época não muito propícia para os Cavalcanti na corte. Mesmo contrariado, Holanda viu a nomeação de seu primo Francisco ser consumada (CADENA, 2011:94-96).

Para liberais moderados e exaltados pernambucanos, engajados na luta contra os revoltosos de Panelas e Jacuípe, a chegada de um Presidente da Província ligado aos Cavalcanti não era algo bom, pois a boca miúda circulavam boatos de que os Suassuna estavam por trás do apoio aos Cabanos. Deveriam ficar desconfiados, mesmo com o fato de Holanda Cavalcanti não estar satisfeito com a nomeação. Francisco de Paula assumiu o poder enfraquecido politicamente. Some-se a isto seu temperamento. Apesar de experiente na lida política, Alfredo de Carvalho lhe pintou cores carregadas. Taxou-o de “homem tíbio e irresoluto”. Se em condições normais já era inapto para atender às necessidades administrativas da Província, era “muito menos idôneo” para arcar com as responsabilidades de um governo envolto em uma situação “revolucionária” (CARVALHO, 1884:591-617). De acordo com o Comandante das Armas da época, José Joaquim Coelho, o próprio Paula de Almeida lhe havia dito que não era dotado “daquela disposição necessárias aos governantes em crises arriscadas”.³

Segundo o que se depreende dos jornais da época, a principal preocupação das autoridades em Recife era o recrudescimento da guerra que se desenrolava em Panelas e Jacuípe. A luta já estava para completar dois anos e as perspectivas para o governo não eram nada animadoras. Os cofres públicos estavam exauridos. Os Cabanos pareciam fortalecidos, recebendo apoio tanto de pessoas em Recife quanto, até mesmo, de indivíduos dentro das tropas do governo.⁴ Uma anistia aprovada por deputados e senadores e publicada pela Regência em fins de 1833 não adiantou nada. Pior: alguns críticos disseram que só serviu para reforçar os Cabanos: “...não aceitaram a anistia, e foi seu só efeito dar-lhes tempo e lugar para se reforçarem, rearmarem, e abastecerem.”⁵ Era preciso que o governo fosse mais duro: “Os cabanos não querem anistia, nem paz; porém sim sangue, destruição, mortes: destruição, morte, fogo, e

³ Diário de Pernambuco, 20/06/1835, nº 107.

⁴ O Tenente João Ignácio Ribeiro Roma foi preso em dezembro de 1833 por manter contato com um dos chefes dos revoltosos e pretender lhe entregar uma porção de pólvora, a qual foi apreendida (Diário de Pernambuco, 21/01/1834, nº 299). Um morador da freguesia da Boa Vista, João Leitão Figueira, foi preso e enviado para Fernando de Noronha por fornecer munição de guerra e de boca, além de enviar continuamente correios com notícias da capital. A prova seria uma ordem enviada a ele e assinada pelo líder cabano Vicente Ferreira de Paula, em 07/12/1833. (Diário de Pernambuco, 29/01/1834, nº 306)

⁵ Diário de Pernambuco, 09/01/1834.

ferro se lhes leve, e seja d'um a outro confim da Província único e, geral o grito – guerra de morte aos Cabanos.”⁶

A apreensão aumentou ainda mais com a notícia de que foram interceptadas cartas vindas do Rio de Janeiro articulando os restauradores da corte com os restauradores locais. Eram cartas do General Abreu e Lima para o seu irmão Luiz Roma. Elas começaram a ser publicadas pelo Diário de Pernambuco no dia 12 de janeiro. Davam a entender que os irmãos Roma se comunicavam desde pelo menos setembro de 1833. Na carta escrita em 20 de novembro de 1833, Abreu e Lima recomenda que Luiz apresse o golpe. Ele desejava ir logo para Pernambuco, mas cumpriria a promessa de somente viajar depois de receber o seu aviso. Tinha mais de 20 bons oficiais, tanto de Cavalaria como de Caçadores, que iriam com ele. Na sua visão, o Norte é quem decidiria o problema. Orienta para que Luiz tente levar os Cabanos a um objetivo único e conquistar uma primeira vitória. A adesão de Abreu e Lima ao partido seria a senha para um movimento geral.⁷

A primeira reação a estas notícias de conspiração partiu do coronel Francisco Jacinto Pereira, do capitão José Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa, Comandante interino da Fortaleza do Brum, e do juiz de paz José Higino de Miranda. Os três enviaram uma representação à Câmara Municipal pedindo que o Presidente da Província e o Conselho tomassem medidas efetivas para combater a ameaça. A partir disto, os vereadores encaminharam um ofício à Presidência no dia 15 de janeiro. Recomendavam, inicialmente, que ao Chefe das forças legalistas no Ponto de Panelas fosse dado maior poder de decisão para enfrentar os revoltosos. Em segundo lugar, havendo pessoas já pronunciadas e presas na cidade como sendo Restauradores, e para não permitir que animem “tão detestável partido”, pede que remeta o quanto antes para a Ilha de Fernando todos os presos pela rebelião de Abril (Abrilada) e todos os Roma já pronunciados pelo Promotor Público. Em terceiro lugar, lembra que sejam dadas as ordens necessárias para a captura do General Roma (Abreu e Lima), já pronunciado como conspirador, oficiando aos Presidentes de Alagoas e Bahia e demais autoridades competentes, impedindo-o de se juntar aos insurgentes de Panelas. Em quarto lugar, que seja empossado o quanto antes o Conselho do Governo eleito para aquele ano, pois as medidas urgentes e necessárias a serem tomadas exigiam um novo fôlego, coisa que o antigo já não possuía.

⁶ Diário de Pernambuco, 02/01/1834, nº 284.

⁷ Diário de Pernambuco, 12/01/1834, nº 292.

Finaliza solicitando medidas policiais de vigilância, por parte dos juízes de paz, em relação aos suspeitos de convivência com os conspiradores.⁸

No dia 14 de janeiro, uma representação assinada por 89 pessoas foi encaminhada ao Presidente da Província pedindo a convocação do Conselho, tendo em vista o recrudescimento da guerra provocado pela proposta de anistia e a ameaça de conspiração dos irmãos Roma.⁹

Os exaltados entram em ação e passam a por em prática um plano de mudança no comando político da província. Na manhã do dia 16, Guardas Nacionais dos Batalhões de Olinda e das freguesias de Santo Antônio, Boa Vista e do Recife se reuniram no Campo dos Canecas (Largo de Nossa Senhora do Terço). Redigiram um manifesto aos “dignos e livres pernambucanos”. Consistia este documento em quatro artigos, muito semelhantes às reivindicações da Câmara Municipal. Entre eles, exigiam que fossem removidos para a Ilha de Fernando de Noronha todos os portugueses, brasileiros natos e adotivos, tidos pela opinião pública como Restauradores e coniventes com os “salteadores” de Panelas e Jacuípe; que o Governo empregasse toda a força necessária e a que puder obter para reforçar a tropa legalista na Guerra de Panelas. Os reunidos alertavam o governo contra qualquer medida hostil que por acaso tomasse para frustrar a execução destes artigos, se comprometendo a manterem a ordem, a obediência à lei e o respeito às autoridades constituídas. Por fim, não se responsabilizariam pelos “terríveis efeitos que resultarem desta reunião”, se acaso o Governo não atender as suas súplicas e quisesse tomar medidas contrárias.¹⁰ Estava à frente desta manifestação o líder *exaltado* Antônio Carneiro Machado Rios, Tenente Coronel do Batalhão da Guarda Nacional da Boa Vista (COSTA, 1983:3-19).

Pessoas influentes empregavam todos os meios de persuasão para o sucesso daquele movimento. Os Guardas Nacionais do ajuntamento também contavam com a proteção de praticamente todos os juízes de paz.¹¹ O resultado mais imediato desta manifestação foi a derrubada do Presidente, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Diante de toda pressão, ele ainda tentou tomar o controle da situação. Enviou um ofício aos Guardas Nacionais, chamando-os a obedecerem à lei e recolherem-se, prometendo que medidas seriam tomadas em acordo com o Conselho que estava reunido. Vendo que persistiam, convocou o Conselho, deu parte de doente e entregou a presidência ao vice, Manoel de Carvalho Paes de

⁸ Diário de Pernambuco, 17/01/1834.

⁹ Diário de Pernambuco, 18/01/1834.

¹⁰ Diário de Pernambuco, 18/01/1834.

¹¹ Diário de Pernambuco, 20/06/1835, nº 107.

Andrade. Este, concorde com o Conselho, anuiu aos artigos do manifesto com restrições e mandou que os Guardas Nacionais se recolhessem a suas casas. Prometeu que remeteria para Fernando os pronunciados e presos por coniventes na trama da restauração, processaria imediatamente os indicados como restauradores e coniventes com os Cabanos, além de lançar mão da Guarda Nacional para lutar na Guerra contra os Cabanos. Os Guardas Nacionais atenderam à ordem e se recolheram.¹²

Para Manoel de Carvalho Paes de Andrade, chegar à presidência pela segunda vez foi o ápice de um processo iniciado com seu retorno do exílio, em dezembro de 1831. Politicamente se aliou aos exaltados pernambucanos, integrando a Sociedade Federal e sendo, ainda em princípios de 1832, escolhido como um de seus presidentes (COSTA, 1983:443). Os eleitores pernambucanos o consagraram elegendo-o, em 1833, como o mais votado dos membros do Conselho de Governo e com uma vaga de deputado à Câmara (COSTA, 1882:660). Só não a ocupou porque os paraibanos também o colocaram em uma lista tríplice para o senado. Foi o escolhido pela Regência para a vaga deixada pela morte do senador Estevão José Carneiro da Cunha, sendo nomeado por carta imperial de 11 de janeiro de 1834, dias antes de assumir a presidência.¹³ Por escolha própria e com o aval do ministério, permaneceria em Pernambuco e não participou dos trabalhos do senado no decorrer de 1834, só assumindo seu lugar em 9 de maio de 1835.

Sua presidência durou de 17 de janeiro de 1834 a 11 de abril de 1835. De início governou interinamente, mas foi confirmado por Carta Imperial de 22 de fevereiro de 1834. Sua nomeação foi dada pelo Gabinete de 10 de outubro de 1833, estando à frente dele o Ministro do Império, Antônio Pinto Chichorro da Gama, e, principalmente, o da Justiça, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, desafeto de Holanda Cavalcanti.

Sua administração teve alguns nomes chaves. Três pessoas eram apontadas por opositores como sendo as mais influentes sobre o Presidente: o Padre e deputado Venâncio Henrique de Rezende, o secretário da presidência Manoel Paulo Quintella e o então Promotor Público da Comarca do Recife, José Tavares Gomes da Fonseca.¹⁴ Alguém na corte chegou a se admirar pelo fato de Manoel de Carvalho ter se sustentado por longo tempo no cargo, o que teria respondido o Padre Rezende que isso só foi possível graças aos seus conselhos e aos do José

¹² Diário de Pernambuco, 20/01/1834.

¹³ **Notícia dos Senadores do Império do Brasil.** Archivo do Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 77.

¹⁴ A Razão e a Verdade, 21/12/1834, nº 3.

Tavares.¹⁵ Henrique de Rezende chegou a ser chamado pela oposição de “Cazuza, o Padre conscrito, o Conselheiro Mor da Província”.¹⁶ Na imprensa o governo era sustentado pelo *Diário de Pernambuco*, ainda sob a administração de Antonino José de Miranda Falcão.

Foi um governo caracterizado por enfrentar diversos problemas. Do ponto de vista econômico, o maior deles foi o derrame de moedas de cobre falsas, o chanchan, que havia se tornado endêmico. Politicamente, houve muita contestação ao poder de Manoel de Carvalho, o que gerou diversos atritos em diferentes pontos da Província. A luta contra os restauradores e depois contra os exaltados pode ser tomada como o elemento que dividiu sua administração em duas partes.

A primeira fase corresponde ao período que vai do início do seu governo até o início de junho de 1834, quando se prolongou o esforço de guerra contra os cabanos. A ameaça caramuru foi justamente o motivo usado para o golpe contra Paula Almeida e sua substituição por Manoel de Carvalho. Ao assumir o poder, o novo Presidente da Província pôs em prática ações de combate aos cabanos e assim atender parte das reivindicações dos manifestantes do dia 16 de janeiro.

As primeiras medidas tomadas por Manoel de Carvalho foram no sentido de atacar a ameaça representada pelos restauradores e fortalecer as tropas governistas no campo de guerra em Panelas e Jacuípe. Conforme o prometido, ele deu ordens para enviar a Fernando de Noronha os implicados com o movimento restaurador. Segundo o *Diário de Pernambuco*, foram 68 pessoas. Dos indivíduos citados pelo jornal, 16 eram militares e 3 paisanos. Entre eles, estavam dois dos irmãos Roma, Luiz e João.¹⁷

Para o campo de batalha, Manoel de Carvalho preparou um reforço de mais de mil praças. Foram mobilizados Batalhões da Guarda Nacional do Recife, Olinda, Goianna, Afogados, Poço da Panela e Casa Forte. Somados a eles, soldados do Corpo de Municipais Permanentes, uma espécie de polícia do município do Recife. Esta Legião teria à frente do seu comando o Tenente Coronel Antônio Carneiro Machado Rios, um dos líderes da reunião do Campo dos Canecas, em janeiro.¹⁸ A tropa ainda seria reforçada por soldados de 1ª linha de Pernambuco e da Paraíba.¹⁹ Na manhã do dia 1º de março, todo o contingente embarcou em direção a Água

¹⁵ A Ponte da Boa Vista, 11/06/1835, nº 1.

¹⁶ A Razão e a Verdade, 17/02/1835, nº 8.

¹⁷ Diário de Pernambuco, 01/02/1834.

¹⁸ A Quotidiana Fidedigna, 01/03/1834.

¹⁹ A Quotidiana Fidedigna, 04/03/1834.

Preta. Manoel de Carvalho seguiu a tropa, fazendo do Acampamento em Limeiras a sede temporária do governo e de lá retornando somente em junho.

O Presidente recebeu pleno apoio da Regência em suas ações. Foi autorizado a “lançar mão de todas as medidas, que lhe possam ocorrer, e pareçam profícuas”. Uma delas foi a suspensão de habeas corpus para os presos e os coniventes que fossem recolhidos a sua ordem ou a ordem do Presidente da Província de Alagoas.²⁰ Chegou ainda a anunciar recompensa em dinheiro para qualquer que apresentasse, vivo ou morto, líderes Cabanos. Se fosse um dos revoltosos, além do dinheiro ganharia o perdão por seus “crimes”.²¹

As medidas adotadas por Manoel de Carvalho no campo de batalha surtiram efeito. As tropas reavivaram sua moral e as notícias de vitórias chegavam à capital. Em junho, Manoel de Carvalho retornava ao Recife e a vitória sobre os cabanos era dada como certa. A ameaça de uma vitória de restauradores fora praticamente afastada. Ele assumiria oficialmente a Presidência no dia 03 de junho, cumprindo a Carta da Regência de 22 de fevereiro que o nomeara para o cargo. Em comemoração, o Teatro do Recife apresentou no domingo 22 de junho a peça “A Rusga da Praia Grande ou o Quixotismo do General da Massas!!!”, ocasião em que o Presidente Manoel de Carvalho seria ovacionado.

A segunda fase do seu governo começaria ali, se caracterizando pela luta contra os seus antigos aliados, os exaltados. A ascensão ao poder de Manoel de Carvalho Paes de Andrade foi a *journée des dupes* dos exaltados pernambucanos. Eles planejavam governar com o novo presidente, o herói dos federalistas locais. Mas a realidade se lhes apresentaria diferente. O novo presidente se mostraria mais moderado do que seus antigos aliados queriam. O resultado foi um racha entre os exaltados: Paes de Andrade levou consigo um bom número de aliados para as fileiras moderadas, enquanto outra ala, mais radical, passou a lhe fazer oposição.

Mas o que deu errado na relação entre Manoel de Carvalho e a ala dos exaltados liderada pelos Machado Rios e apoiada por Barbosa Cordeiro? Afinal de contas, foi por um golpe promovido pelos irmãos que Manoel de Carvalho assumiu a presidência da Província. Eles conviviam desde o final de 1831 na Sociedade Federal e comungavam, até ali, de interesses e ideais comuns. Obviamente que esperavam como troca ter esses mesmos interesses atendidos através do acesso ao poder. Em outras palavras, desejavam conquistar cargos. Estar bem inserido na máquina do poder representava a possibilidade de ganhos materiais e exercer

²⁰ Diário de Pernambuco, 02/05/1834, nº 379.

²¹ Diário de Pernambuco, 28/04/1834, nº 376.

influência sobre um grande número de pessoas. Sobre a primeira questão, Paulo Henrique demonstrou em seu estudo que a política gerava dividendos, e um bom dividendo.²² Antônio Carneiro estava envolvido com obras públicas desde, pelo menos, 1832. Em sessão da Câmara Municipal do Recife de 3 de março do mesmo ano, ele foi autorizado a receber dos cofres públicos a quantia de 98\$220 réis por parte da obra na ponte da Madalena, da qual era arrematante.²³ Já em 1835, seus adversários o acusavam de ter recebido mais de seis contos de réis e não ter feito praticamente nada naquela obra.²⁴ Sem falar que a riqueza herdada pelos Machado Rios estava entrando em declínio neste período, fato não negado por eles: não diminuía com “jogos, bebedeiras, e Inglesas, mas sim com socorros que desde 17 prestam a aquelas pessoas, que são reduzidas a indigência pelo chimanguismo...”²⁵

No que diz respeito à influência sobre outros, os irmãos procuraram fortalecer posições na linha de comando da Guarda Nacional. Mais especificamente na tropa destacada para ir combater os cabanos. Inicialmente eles conseguiram tirar de Manoel de Carvalho a nomeação de comando do 1º Batalhão Expedicionário (Francisco Carneiro) e de toda a tropa (Antônio Carneiro). O problema ocorreu porque o ego de ambos se chocou com o dos outros comandantes que já estavam no teatro da guerra. Antônio e Francisco, na verdade, gostavam mais de comandar e eram difíceis no que dizia respeito a receber ordens. Foi este um dos principais fatores que levaram ao crescente afastamento dos irmãos Carneiros em relação ao presidente: nos embates de autoridade na guerra, Manoel de Carvalho não lhes deu suporte.

A oposição a Manoel de Carvalho tomou assim uma nova formatação. Um comunicado inserido no Diário de Pernambuco de 26 de agosto comentava uma notícia do jornal exaltado *Bússola da Liberdade*, onde se afirmava que Manoel de Carvalho seria demitido da Presidência. Segundo o Diário, o Presidente tinha crédito no partido chimango. Na Câmara dos Deputados era acusado e insultado pelos Cavalcanti e por outros membros da oposição que não são chimangos. Na Província, ainda segundo o jornal, quem fazia oposição a ele não eram os chimangos (que o defendiam e o sustentavam), mas os que seguiam o credo da

²² Quando morreu, o Coronel Suassuna, pai dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, deixou para cada filho 833\$166 réis. Um dos filhos, Francisco de Paula (futuro Visconde de Suassuna), ficou com parte do Engenho Suassuna. Este, quando morreu em 1880, tinha sete engenhos e um palacete. Outro irmão, Pedro Francisco (futuro Visconde de Camaragibe) morreu em 1875 dono de três engenhos. CADENA, 2011:19 e 72.

²³ Diário de Pernambuco, 14/03/1832, nº 335.

²⁴ O Velho Pernambucano, 19/03/1835, nº 02; 04/04/1835, nº 06.

²⁵ A Razão e a Verdade, 28/02/1835, nº 09.

Bússola e os que faziam oposição por princípios opostos aos da Bússola, mas que tinham a simpatia deste. Em resumo, eram os exaltados, os Cavalcanti e os restauradores.²⁶

Em outubro, uma troca de ofícios entre Antônio Carneiro Machado Rios, então Comandante da Força do Norte, e Joaquim José Luiz de Sousa, Comandante em Chefe das Forças em Operação, demonstrava que o clima já não era dos melhores. Antônio Carneiro reclamou do seu superior por ter sido informado que ele estava nomeando Comissões Militares contra autoridades legítimas daquelas localidades. Estas Comissões agiam com autoritarismo. Dizia que não era assim que se chamavam povos à ordem, mas sim por meio da união e não da desarmonia. A resposta do Comandante em Chefe foi reclamar do fato de que desde julho não recebia relatório algum das operações da Força da Direita. Lembrou a Antônio Carneiro que ele tinha que cumprir as ordens do Comandante em Chefe. E ainda, que a Força da Direita era subordinada, não podendo ele decidir em questões que dizem respeito unicamente ao Comandante em Chefe. Ainda tinha dele os mesmos conceitos que o fizeram nomeá-lo para este Comando, mas se o não respondesse os ofícios seria por insubordinação, e não esperava que fosse isto. Finalizava fazendo uma leve ameaça de destituí-lo.²⁷ A réplica de Antônio Carneiro foi dura. Por não haver nada de importante, nada tinha a comunicar-lhe; daí não enviar informações. Justificava, com palavras ríspidas, suas ações em prol dos soldados sob seu comando para que não passassem privações. Encerrava afirmando não dever nada ao Comandante, sobre a questão de sua nomeação para aquela função. Resultado: em 14 de novembro, a Presidência encaminhou ordens a Antônio Carneiro para que se recolhesse à capital juntamente com os Guardas Municipais Permanentes e Guardas Nacionais da cidade que estavam sob o seu comando.²⁸

A troca no Comando das Armas da Província foi outro motivo para piorar a relação de Manoel de Carvalho com os irmãos Carneiro. A Regência decidiu, em outubro, substituir o então Comandante das Armas, Tenente Coronel José Joaquim Coelho, pelo também Tenente Coronel Antônio Correia Seara. Este também era Deputado Geral pela Província do Pará. O Diário de Pernambuco, comentando a notícia, afirma ter sido um agrado do governo pelo apoio de Seara durante os trabalhos da Câmara naquele ano.²⁹ A nomeação foi fortemente combatida, principalmente nas páginas do Diário. O problema em relação a Seara era,

²⁶ Diário de Pernambuco, 26/08/1834, nº 470.

²⁷ Diário de Pernambuco, 05/11/1834.

²⁸ Diário de Pernambuco, 06 e 19/11/1834.

²⁹ Diário de Pernambuco, 27/10/1834, nº 521.

principalmente, sua atuação na época da Confederação do Equador. A princípio liberal, acabou por debandar para o lado das tropas do Imperador. Destacou-se por sua perseguição e violência contra os confederados.³⁰ A Câmara Municipal do Recife encaminhou ao Presidente da Província uma representação se colocando contrária à sua posse, tendo sido atendida pelo Conselho que decidiu por não empossá-lo e deixar José Joaquim à frente do Comando das Armas, isso enquanto representavam ao Governo Central explicando os riscos de levar adiante aquela nomeação.³¹

Os irmãos Carneiro aproveitaram a parada militar do dia 02 de dezembro para tentar sublevar, mais uma vez, os Guardas Nacionais e forçar o governo a atender suas reivindicações. Uma proclamação foi espalhada pela cidade, falando de uma representação que seria enviada a Manoel de Carvalho para que desse posse a uma terceira pessoa, e não conservar no Comando das Armas o José Joaquim Coelho. A justificativa passava pelo fato deste ter cometido os mesmos crimes de Seara e ser português de nascimento. Conservá-lo era privilegiar um brasileiro adotivo em detrimento de um brasileiro nato, como o Seara. Desta vez a reunião não teve sucesso e Francisco Carneiro Machado Rios, então Comandante do Batalhão da Guarda Nacional de Santo Antônio, acabou sendo afastado do comando.³²

O desenrolar dos acontecimentos resultou nas chamadas Carneiradas, ocorridas em 1835. Dois sargentos e cerca de 200 soldados do Acampamento da Lagoa dos Gatos, onde Antônio Carneiro foi comandante, renderam os oficiais em 11 de janeiro e marcharam em direção à capital, alegando falta de mantimento. A notícia chegou ao Recife no dia 20 e deixou a população e as autoridades alarmadas. Aproveitando a situação, os irmãos Carneiro tentaram um golpe contra o governo no dia 21, contando com apoio de populares e Guardas Nacionais de Santo Antônio e da Boa Vista. Por muito pouco não conseguiram tomar o Palácio do Governo, onde uma força de Guardas Municipais Permanentes conseguiu repelir o ataque e forçou os rebelados a recuarem. O governo organizou uma força de resistência, principalmente com Municipais Permanentes e Guardas Nacionais de fora da capital. Os rebelados se concentraram na Boa Vista e de lá, sob pressão da tropa governista, fugiram em direção ao Poço da Panela. Apareceram novamente em 17 de março, onde atacaram um piquete do Batalhão de Guarda Nacional do Poço, se apoderaram de armas e seguiram para

³⁰ Diário de Pernambuco, 06/11/1834.

³¹ Diário de Pernambuco, 07 e 17/11/1834.

³² Diário de Pernambuco, 04/12/1834.

Goiana. Lá invadiram a vila, recebendo apoio local e se organizando para marcharem de volta à capital. No meio do caminho foram interceptados e acabaram fugindo para as matas de Beberibe, de onde se dispersaram. Era o fim das Carneiradas.³³

Mais uma vez Manoel de Carvalho conseguiu resistir e manter-se à frente da Presidência. Sua gratidão maior foi dirigida ao Corpo de Municipais Permanentes, que sustentaram a luta e responderam positivamente ao chamado do governo. A Guarda Nacional da capital foi duramente criticada. Segundo o Diário de Pernambuco, seu procedimento foi vergonhoso: “não teve Pátria, nem honra e nem apareceu”. Os que estavam aquartelados desertaram e se esconderam; outros se bandearam para o lado da “anarquia”.³⁴

Convocado a tomar assento no Senado, eleito pela Paraíba, seguiu para a Corte no dia 11 de abril. Apesar de suas vitórias, seus aliados moderados em Pernambuco logo perceberiam que o futuro se tornava nebuloso. O substituto de Paes de Andrade foi Thomaz Pires de Figueredo Camargo, o Presidente da Província de Alagoas e companheiro na luta contra os cabanos. Ele passou pouco mais de um mês no cargo. Em junho assumia, por nomeação da Regência, um dos irmãos Cavalcanti, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Para os liberais seria o início de um longo período de ausência do poder, encerrando-se apenas em 1844, já em meio ao tumultuado período da Praieira.

³³ Diário de Pernambuco, 18, 20 e 30/03/1835.

³⁴ Diário de Pernambuco, 18 e 21/03/1835.

BIBLIOGRAFIA

CADENA, Paulo Henrique Fontes. ***Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)***. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 2011.

CARVALHO, Alfredo de. **As Carneiradas: episódios da Guerra dos Cabanos – 1834-1835**. in Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Tomo quarto, nº 29, 2º semestre de 1883. Recife: 1884.

CARVALHO, Marcus J. M. **Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 - 1824**. in Revista Brasileira de História. vol. 18, nº 36. São Paulo: 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014> (acessado em 04/05/2012).

_____. **Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)**, in GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volume 9. 2ª ed. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte/FUNDARPE, 1983.

COSTA, Francisco A. Pereira da. **Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882. p. 369.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.